

DISCIPLINA E SUSPENSÃO: ANÁLISE DE PROCESSOS TRABALHISTAS DE TRABALHADORAS DA CIA. FIAÇÃO E TECIDOS PELOTENSE NA DÉCADA DE 1950

LUANA SCHUBERT LEDERMANN¹; CLARICE GONTARSKI SPERANZA²;

¹Universidade Federal de Pelotas – luana.ledermann@gmail.com

²Universidade Federal do Rio Grande do Sul – clarice.speranza@gmail.com

1. INTRODUÇÃO

O presente trabalho busca analisar ações trabalhistas movidas por mulheres trabalhadoras da Cia. Fiação e Tecidos de Pelotas contra a fábrica em que trabalhavam na década de 1950. A escolha por reclamações movidas por mulheres se dá porque a maioria das reclamações envolvendo a fábrica na Justiça do Trabalho é movida por trabalhadoras, pois estas são a maior força de trabalho na fábrica. De acordo com BRITTO (2011, p.56) “Na segunda metade do século XX, [a empresa] empregava cerca de 500 operários, sendo que apenas 200 eram homens, enquanto o restante era composto por mulheres e crianças”. Aliás, essa é uma das características das indústrias têxteis em todo o mundo. De acordo com PERROT (1988) e SAFFIOTI (2013), isso acontecia porque antes das fábricas existirem, as mulheres exerciam as funções de costura e montagem em suas casas, e com a industrialização houve a transferência de um local de trabalho para o outro, ou seja, do lar para a fábrica.

Junto à vontade de se estudar as reclamações trabalhistas contra a fábrica, somou-se o fato de que são poucos os trabalhos envolvendo a Fábrica Cia. Fiação e Tecidos de Pelotas. Os mais relevantes foram os escritos de ESSINGER (2009) e LONER (2001), embora a empresa seja importante para a história dos primórdios da industrialização do Estado, já que funcionou de 1908 até 1974 em Pelotas, quando declarou falência e fechou suas portas.

Não é novidade que as mulheres sofrem diversas desigualdades no mundo do trabalho, situações como assédio, violência verbal, física e psicológica, através de ordens, disciplina e situações de constringimento. Nesse sentido, busco através das reclamações trabalhistas, perceber esses conflitos no ambiente de trabalho tendo como centralidade o gênero nas análises. Para esse trabalho, proponho analisar especificamente processos trabalhistas que tratem de suspensão relacionados à disciplina no ambiente fabril, a fim de se pensar o cotidiano das trabalhadoras, laços de solidariedade perceptíveis nos documentos,

bem como o rigor dos patrões para que nada saísse da ordem com a ajuda dos contramestres, todos homens, que vigiavam a produção. Caso contrário, as mulheres eram punidas, suspensas do serviço, tornando-se assim um exemplo para que outros empregados não agissem da mesma forma.

2. METODOLOGIA

O Arquivo da Justiça do Trabalho, no qual estão presentes as fontes para a pesquisa, está salvaguardado no Núcleo de Documentação Histórica da Universidade Federal de Pelotas (NDH/UFPEl). Este é o arquivo mais completo do Rio Grande do Sul, contendo mais de cem mil processos trabalhistas datados de 1936 a 1995. De acordo com GILL E LONER (2014, p. 117): “o fato de toda a coleção de processos trabalhistas da região estar preservada e em condições de consulta difere e amplia o valor dessa documentação, pois em outros locais, aliás, na grande maioria das comarcas, o material já foi eliminado”. Sendo assim, há uma vasta documentação disponível para pesquisa com múltiplas possibilidades.

A Justiça do Trabalho (JT) foi criada no Brasil em 1934, mas apenas instaurada em 1941, durante o Estado Novo. De acordo com SILVA (2016), no começo era tratada como uma “justicinha”, sem muita importância. Até em âmbito acadêmico, era pouco estudada. Porém, hoje percebemos que esta fonte nos permite analisar para além das reivindicações pontuais e das sentenças ou dos acordos. No caso dos processos das trabalhadoras da Cia. Fiação e Tecidos, podemos pensar o cotidiano das trabalhadoras na fábrica, suas experiências enquanto mulheres, as tarefas delegadas a elas, a divisão sexual do trabalho etc.

NEGRO (2006) argumenta que ao criar a JT, em 1941, a Vargas interessava que esta servisse como fator de contenção de tensões e conflitos, a fim de amenizar as greves. Porém, o autor também apresenta argumentos sobre as possibilidades das mesmas fontes para não cairmos na armadilha de pensar em uma classe trabalhadora passiva, dominada, que não sente as contradições da sociedade capitalista na pele. Exemplo disso é as trabalhadoras aqui estudadas, que embora exploradas e punidas por seus patrões, recorrem à Justiça em busca de seus direitos.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

A pesquisa está em desenvolvimento. Após ter encontrado os documentos higienizados e em bom estado de conservação, houve a separação 93 processos trabalhistas que serão estudados, sendo que nesse momento estão sendo fichados e os dados organizados em uma tabela. Além disso, é importante a dialética constante do documento com a discussão teórica para melhor compreensão e entendimento do que o documento expõe, como por exemplo, analisar o que as trabalhadoras dizem, como a Fábrica expõe seus argumentos, como a Justiça do Trabalho faz a intermediação.

A partir da teoria e das inquietações que estou propondo: pensar as relações desiguais de gênero na Fábrica Cia. Fiação e Tecidos de Pelotas, a história das mulheres e a resistência que enfrentam cotidianamente e a Justiça do Trabalho como um campo de disputa dos trabalhadores para exigirem e conquistarem os seus direitos, exige uma alta reflexão e análise da fonte estudada.

4. CONCLUSÕES

Felizmente os estudos sobre as mulheres têm aumentado significativamente desde a década de 1980. Se antes a história era escrita pelo viés dos grandes nomes, e de líderes e não se levava em consideração todo o conjunto da sociedade, a partir da emergência da história social e da crítica a modelos estruturalistas, nos anos 1980, essa preocupação se torna mais importante, bem como a perspectiva da história “vista de baixo” (HOBBSAWM, 2013).

Essa pesquisa parte da vontade de estudar a história dos trabalhadores, dos de baixo. Principalmente das mulheres, que por muito tempo foram esquecidas da História. Para isso é preciso dar visibilidade às suas lutas. Portanto esse trabalho busca analisar as ações envolvendo mulheres trabalhadoras de uma fábrica têxtil em Pelotas, cidade essa que teve significativa importância para à industrialização do país e do estado. Além disso, diante do período histórico em que estamos vivenciando, onde a retirada de direitos é intensa, e a Justiça do Trabalho está sendo desmontada, assim como os direitos trabalhistas que foram conquistados até aqui, torna-se necessário refletir sobre a importância dessa ferramenta para a luta da classe trabalhadora.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRITTO, Natalia Daniela. **Industrialização e desindustrialização do espaço urbano na cidade de Pelotas (RS)**. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Geografia. Universidade Federal do Rio Grande, Rio Grande, 2011.

ESSINGER, Cíntia Vieira. **Entre a fábrica e a rua: a Companhia Fiação e Tecidos Pelotense e a criação de um espaço operário, Bairro da Várzea, Pelotas, RS (1953-1974)**. Dissertação (Mestrado em Memória Social e Patrimônio Cultural). Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2009.

GILL, Lorena e LONER, Beatriz Ana. **O Núcleo de Documentação Histórica da UFPel e seus acervos sobre questões do trabalho**. *Esboços* (UFSC), v. 21, p. 109-123, 2014.

HOBBSAWM, Eric J. **A história de baixo para cima**. In: Sobre História. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

LONER, Beatriz Ana. **Construção de Classe**: operários de Pelotas e Rio Grande (1888-1930). Pelotas: Universidade Federal de Pelotas. Ed. Universitária: Unitrabalho, 2001.

NEGRO, A. L.. O que a Justiça do Trabalho Não Queimou: Novas Fontes e Questões para a História Social. **Politéia**, v. 6 n. 1, p. 193-209, 2006.

PERROT, Michelle. **Os excluídos da história**: operários, mulheres e prisioneiros. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SAFFIOTI, Heleieth. **A mulher na sociedade de classes**: mito e realidade. 3. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

SILVA, Fernando Teixeira da. **Trabalhadores no Tribunal**: Conflitos e Justiça do Trabalho em São Paulo no Contexto do Golpe de 1964. 1. ed. São Paulo: Alameda, 2016. v. 1. 307p.